

Duas eleições presidenciais no México: 1988 e 1994

Cesar Cansino

División de Estudios Políticos
Centro de Investigación y Docencia Económicas
Cidade do México

Resumo

Este artigo aponta que o caráter semi-competitivo das eleições no México estabelece situações onde o processo de decisão do voto adquire uma lógica própria que deve ser analisada de maneira específica. Ao analisar os resultados das eleições presidenciais mexicanas de 1988 e 1994, e as características do voto de oposição nestes pleitos, o autor mostra as dificuldades da transição democrática no país, vinculadas sobretudo à hegemonia do PRI no campo eleitoral, e a sua condição de partido de estado.

Palavras-chave: eleições presidenciais, México, transição democrática

Abstract

This article shows that the semi-competitive nature of the Mexican elections defines situations in which the voting decision-making process acquires a logic that must be analyzed in a specific manner. By analyzing the results of the Mexican presidential elections in 1988 and 1994, and also the characteristics of the opposition vote in these elections, the author explains the difficulties of the democratic transition in the country, linked to the hegemony of the PRI in the electoral arena and to its specific condition of a state party.

Keywords: presidential elections, Mexico, democratic transition

Introdução

Analisar as eleições no México é ao mesmo tempo um desafio e um exercício sumamente interessante. Isto ocorre porque neste país os processos eleitorais, o sistema de partidos e as regras de competição política não estão plenamente democratizadas ou estão em vias de sê-lo. Esta particularidade é a que melhor define o regime político mexicano na atualidade. Como em outras transições democráticas, a abertura política que o regime mexicano experimenta põs em discussão as regras do jogo político, propiciando o surgimento de novos atores e projetos políticos. Enquanto regime em transição, o sistema eleitoral e partidário existente no México é ainda semi-competitivo. Além disso, prevalece no cenário político um partido dominante ou hegemônico, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), favorecido por eleições nem sempre transparentes, além de dispor de uma estrutura corporativa e clientelista que o levam a cumprir funções extra-eleitorais, vinculadas mais com o controle do que com a competição eleitoral.

Evidentemente, este tipo de regime ou “híbridos institucionais” geram situações eleitorais diversas às existentes em regimes plenamente competitivos. As expectativas sociais do voto, as modalidades de interiorização ou convicção individual implícitas, a relação que o eleitor estabelece com a máquina eleitoral, os processos de indução simbólica ou coercitiva do voto, etc, adquirem uma lógica própria que exige ser analisada de maneira específica.

Em geral, os regimes semi-competitivos ou semi-democráticos promovem processos eleitorais com fins de legitimação, ainda que o processo não seja plenamente transparente nem equitativo. Neste sentido, resulta particularmente interessante perguntar pelas razões e motivações que levam o cidadão às urnas, sabendo-se que seu voto não será plenamente observado nem decisivo no resultado final.

Para nossa análise do ato do voto no México, consideramos os dois últimos processos eleitorais presidenciais (1988 e 1994). Nosso exame destes processos se realizará considerando a particularidade destes tipos de regimes em contraste com os sistemas competitivos.

Neste estudo de caso supomos que o grau de interiorização do voto por parte do eleitor é marcadamente inferior ao que pode apreciar-se nos sistemas competitivos. Na maioria das vezes trata-se de processos induzidos pela elite governante com fins de legitimação. Mas, por outro lado, frente aos poucos canais existentes entre a sociedade e o estado ou os escassos espaços institucionais para canalizar o dissenso social, o ato do voto constitui para uma grande porcentagem

de eleitores a única forma de expressão, ou inclusive, de resistência social. Ele confere ao ato do voto um significado particular, pois visto na perspectiva da transição democrática, constitui uma forma genuína de expressão política que pode chegar a ser relevante na afirmação das instituições democráticas ou no próprio rumo da transição.

As eleições de 1988

Desde a véspera das eleições presidenciais de 1988, se vislumbrava um panorama de alta efervescência política e de até conflitividade a partir da importância que revestia esse acontecimento. Isso a partir das seguintes condições:

a) A crise econômica iniciada em 1982 havia provocado durante todo o sexênio do presidente Miguel de la Madrid (1982-1988) uma profunda e constante deterioração dos níveis populares de vida. O governo de la Madrid não teve capacidade de minorar significativamente o declínio econômico. Além disso, ao ter escolhido pagar pontualmente a sufocante dívida externa, a economia nacional sofreu um maior desgaste. A inflação, pela primeira vez em muitos anos, alcançou cifras sumamente elevadas (160% em 1987), coisa insólita no México. Em dezembro de 1987, poucos meses antes das eleições, também a bolsa de valores sofreu uma quebra que afetou numerosos investidores de classe média. Isto teve um efeito negativo para o regime, pois esta rasteira financeira foi atribuída à cumplicidade entre as autoridades econômicas e os donos das casas da bolsa, ex-banqueiros que haviam sido compensados dessa maneira pela perda de seus bancos em 1982. Tudo isso atuaria como um incentivo para um crescente descontentamento cidadão. Esperava-se que com isso, amplos setores da população castigassem o regime com seu voto (cf. CRESPO, 1992).

b) O PRI registrou uma forte crise interna a partir do processo de seleção de seu candidato à presidência. Os setores operário e camponês do partido haviam se manifestado contra a possível candidatura de quem finalmente foi designado candidato, o secretário de Programação e Orçamento, Carlos Salinas de Gortari. Muitos membros desses setores, e inclusive da burocracia federal, inconformados com a designação, iam protagonizar uma verdadeira rebelião votando contra seu partido, em 6 de julho de 1988. Certamente, o PRI obteve nessa ocasião sua mais baixa votação histórica, 50,74% (Quadro 1), mas, além disso, em meio a grandes irregularidades, uma forte contestação, mobilizações cidadãos de protesto e a difundida suspeita de que o candidato oficial havia perdido a eleição.

c) A oposição se apresentava com maior potencial que nunca para capitalizar o descontentamento. Por um lado, o direitista Partido Acción Nacional (PAN), que havia aumentado sua força eleitoral ao longo dos seis anos em vários pontos da República, e havia sofrido um claro atropelo nas eleições regionais de Chihuahua e Durango em 1986. A fraude nessas entidades, e sobretudo em Chihuahua, teve um alto custo em termos de legitimidade e irritou profundamente aos cidadãos, aumentando a tensão política global. O PAN obteve 16,81% da votação global, proveniente principalmente de setores médios e acomodados (Quadro 1).

d) Pela esquerda, o principal desafio se constituiu na candidatura de Cuauhtémoc Cárdenas, ex-governador de Michoacán, que saiu do partido oficial junto com outros altos dirigentes, provocando uma cisão política como não ocorria desde 1952 (historicamente, os maiores desafios eleitorais enfrentados pelo regime provieram de cisões internas). Da mesma forma, cabia esperar que a candidatura cardenista através de uma coalizão de centro-esquerda chamada Frente Democrática Nacional (FDN) representaria um espinho no dorso do regime, sobretudo pelo contexto de deterioração e descontentamento em que se realizavam as eleições. Com efeito, Cárdenas obteve a maior porcentagem captada historicamente por um candidato de oposição: 31,6% (Quadro 1).

Frente a este panorama, o PRI enfrentava o maior desafio eleitoral de sua história, que certamente moveu as bases da estabilidade e continuidade do regime autoritário no México.

Quadro 1
Resultados da eleição presidencial de 1988

Partido	Candidato	Votos	% global voto efetivo voto total	
PAN	Manuel J. Clouthier	3.208.584	16,81	16,2
PRI	Carlos Salinas de Gortari	9.687.926	50,74	48,9
FDN	Cuauhtemoc Cardenas	5.929.585	31,06	29,9
PDN	Gumercindo Magana	190.891	1,00	0,96
PRT	Rosario Ibarra de P:	74.875	0,39	0,37

Total da votação efetiva: 19.091.846.

Eleitorado: 38.074.926 (47,6% de abstenção).

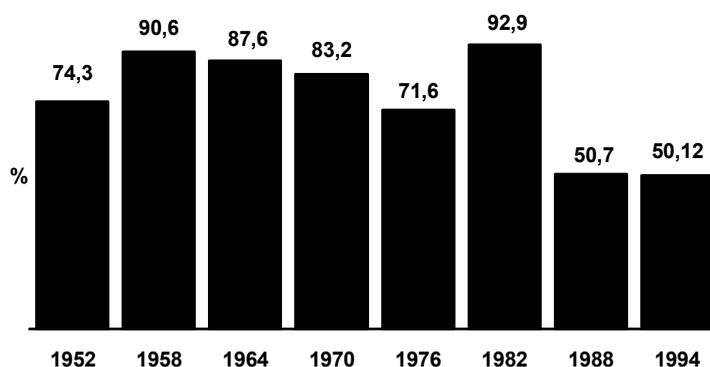
Votos nulos: 584.929. Votos não registrados: 100.139.

Total da votação (com nulos e não registrados): 19.776.929.

Fonte: Comissão Federal Eleitoral.

As teorias da modernização social, desenvolvidas pela escola anglo-saxã durante as décadas de 1950 e 1960¹, exerceram - e exercem - uma forte influência sobre a análise política no México. A partir de seus postulados, a modernização social se traduziria pouco a pouco na formação de uma cultura política democrática, a qual entraria em contradição com a estrutura vertical e autoritária do regime “priista” e, nessa medida, o empurraria para sua transformação no sentido democrático ou, eventualmente, provocaria sua derrocada. Sem dúvida, até então, várias décadas de modernização social no México não se haviam traduzido num forte desafio para o regime, se bem que a tendência de queda do voto “priista”, sobretudo nas cidades, correspondia com o esquema estabelecido pela teoria da modernização (Quadro 2).

Quadro 2
Eleições presidenciais
Partido Revolucionário Institucional 1952-1994



De modo que, ao surgir a “rebelião eleitoral” de 1988, estabeleceu-se a hipótese de que, finalmente, a modernização gradual havia cristalizado uma cultura democrática que já não aceitava a hegemonia de um só partido. Com efeito, as pesquisas realizadas na véspera refletiam um enorme descontentamento com o regime político e o desejo fervoroso de uma profunda mudança, presumivelmente no sentido democrático². Sem dúvida, o enfoque da modernização parecia chocar com um aspecto observado durante o processo de 1988: muitos setores

¹ Dentre os principais autores estão: Sidney Verba, Gabriel Almond, Lucien Pye, Samuel Huntington, Joseph LaPalombara, Seymour M. Lipset, Samuel Eisensdtatd, David Apter, etc.

² Na véspera das eleições de 1988, 72% de uma amostra nacional opinavam que as coisas iam mal economicamente e 82% pensavam que o país necessitava de mudanças políticas profundas. “Estudio sobre la actualidad nacional mexicana”, Bendixen & Law, *El Perfil de la Jornada*, 5 de julio de 1988.

sumamente tradicionais, como o dos camponeses e operários, votaram contra o partido oficial, presumivelmente em favor da democracia, tanto que alguns dos grupos mais modernizados da sociedade, por exemplo as cúpulas industriais, apoiaram o regime no que puderam, refletindo um comportamento sumamente antidemocrático. Assim, a relação automática do tipo “tradicionalismo = cultura autoritária”, e “modernização = cultura democrática” foi posta em dúvida na experiência mexicana, sobretudo a partir de 1988 (cf. CRESPO, 1989).

Um regime de partido hegemônico como o mexicano obtém sua votação a partir de recursos lícitos e ilícitos do ponto de vista das regras democráticas. Sua prolongada permanência no poder, uma gestão mais ou menos eficaz e o clientelismo de grupos que se beneficiam da proximidade com o partido governante são elementos que contribuem para arrecadar votos de maneira legítima. Isso conforma parte da explicação da longa dominação de um só partido em alguns países, como o Japão, Itália ou Suécia, em condições plenamente competitivas (cf. PEMPEL, 1991). Também um partido dominante se beneficia de sua vinculação orgânica com o estado, à maneira dos partidos de estado. A partir de sua privilegiada posição, obtém a parcialidade dos funcionários eleitorais e conta em sua campanha com recursos financeiros, humanos e materiais do estado.

Em 1988, o PRI recorreu aos métodos tradicionais de indução do voto, baseado no fato de que em ocasiões anteriores haviam sido eficazes: coerção sobre os membros das corporações ‘priistas’ para votar pelo PRI, proporcionando uma cédula marcada de antemão para o partido oficial, através do compromisso de devolver a cédula em branco que seria dada na cabine. Muitos operários e camponeses denunciaram essa manobra apresentando as cédulas distribuídas. O PRI também recorreu a grandes gastos em publicidade e propaganda, monopolizando o controle dos meios mais influentes de difusão, em particular a televisão. Documentários longos e elaborados a favor do candidato oficial inundaram os espaços televisivos durante a campanha, frente a uma virtual ausência dos candidatos de oposição. Mas a partir dos resultados eleitorais, pode-se inferir que essa campanha não surtiu o efeito habitual. Por último, o PRI distribuiu algumas dádivas menores para induzir o voto em seu favor. Em 1988 foram distribuídos vales para obter alguns alimentos, aparelhos elétricos ou cilindros de gás. E observou-se que muitos cidadãos receberam tais gratificações, mas depois não dirigiram o voto ao partido oficial. Em suma, as novas e críticas condições em que se realizaram as eleições de 1988 fizeram fracassar muitos dos meios tradicionais de indução ‘priista’ do voto.

É sabido que inclusive dentro de um mesmo sistema político, os cidadãos conferem um significado diverso ao ato de votar. Daqui surgiu como problema de investigação o comportamento eleitoral. Num regime democrático, os cidadãos podem votar por uma enorme multiplicidade de motivos, como sua identificação ideológica com um partido, a influência familiar herdada, a simpatia a um candidato determinado, a conveniência pessoal ou de grupo com respeito a uma política oferecida pelo partido ou pelo candidato, a punição ao partido governante por uma má gestão, etc. Igualmente, num regime semi-competitivo ou não-competitivo (mesmo que o seja formalmente), como é o caso mexicano, a motivação dos eleitores ao emitir seu voto varia consideravelmente. Mas, certamente, na maioria dos casos o significado do voto reflete as condições pouco competitivas do regime. Assim, o voto em favor do PRI pode estar motivado por uma série de razões muito diversas, que dependem de certas variáveis socioeconômicas como a idade, sexo, educação, posição social, ocupação, etc; mas em quase todos os casos os motivos declarados para votar pelo PRI não teriam muito sentido num contexto partidário-eleitoral plenamente competitivo. Fazendo agora caso omissis de tais variáveis socioeconômicas, poderia fazer-se a seguinte classificação do voto 'priista':

a) o voto ideológico, similar ao encontrado nas democracias, onde se fundamenta o apoio ao partido pela identificação com seus postulados básicos e com seus programas concretos.

b) o voto corporativo, onde os agremiados das centrais pertencentes ao partido se vêem obrigados por seus dirigentes a votar pelo PRI.

c) o voto de coerção, às vezes vinculado ou derivado do corporativo, surge por temor às represálias de votar em outro partido, em que pese o voto no México ser secreto.

d) o voto institucional, conferido ao PRI pelos que gozam, ou esperam gozar, de alguma posição dentro do regime ou de vinculação proveitosa com ele, e a quem resulta conveniente a permanência do partido oficial no poder.

e) o voto pela estabilidade, emitido pelos que temem que um triunfo da oposição poderia por em risco a ordem cívica, a paz social ou a estabilidade política. Há um fundamento histórico nesse receio: a oposição jamais chegou ao poder por via pacífica ao longo da história independente do país.

f) o voto clientelista, que se permuta em favor do PRI em troca de alguma dádiva econômica ou serviço, individual ou coletivo.

De outro lado, o voto emitido em favor da oposição responde normalmente a algum dos seguintes motivos:

a) o voto ideológico, que corresponde a razões parecidas às do voto ideológico em favor do PRI.

b) o voto de protesto, que se dirige contra as características autoritárias do regime mexicano.

c) o voto de castigo, emitido para sancionar uma má gestão do partido governante.

d) o voto de pressão, vinculado ao anterior, mas com o propósito específico de definir uma mudança de rumo ou uma retificação de parte do partido no poder, mesmo que sem a intenção de que os candidatos opositores alcancem o poder.

Este último tipo de voto merece um comentário mais amplo. Normalmente, numa democracia se vota pelo partido ou candidato que se quer no poder. Sem dúvida, no caso do México, a própria falta de competência real tem gerado em muitos cidadãos este tipo particular de comportamento eleitoral: vota-se por candidatos e partidos de oposição, esperando que estes não triunfem. Pode ser, evidentemente, uma variante do voto 'priista' pela estabilidade, mas dos setores que consideram que o partido no poder requer um chamado de atenção para corrigir o rumo sobre algum aspecto.

Assim, o voto de pressão poderia ter um motivo econômico, se o que se pretende é que o governo modifique uma política não muito exitosa. Mas também poderia refletir uma maior abertura do sistema político, sem que isso implique necessariamente que a oposição alcance o poder por motivos de estabilidade. Assim, nas eleições de 1988, de uma amostra de cidadãos que expressou que votaria por algum dos candidatos de oposição, quase a metade declarou, sem dúvida, que não desejava que tal candidato chegasse ao poder³.

Evidentemente, os que assim se manifestavam buscavam pressionar o regime para realizar mudanças mais profundas em matéria econômica ou política, sem que por isso tivesse que ceder o poder à oposição. Assim, muitos cidadãos parecem estar a favor de que o PRI continue no poder, mas com maior responsabilidade com relação aos cidadãos e a partir de uma vigilância mais estreita por parte dos outros partidos, os cidadãos e os poderes legislativo e judiciário. Quer dizer, uma democracia com o PRI na cabeça. Para tais pessoas, talvez uma forma de conseguir isto é votando pela oposição, seja em eleição presidencial como uma advertência ao governo ou em outros níveis menos decisivos no poder, como deputados ou senadores, mas que poderiam exercer um maior controle sobre o poder executivo.

³ Segundo o Gallup, 65% dos cidadãos pensavam que era um risco que a oposição chegasse ao poder, enquanto que 50% dos que votariam em Cuauhtémoc Cárdenas e 49% dos simpatizantes de Manuel Clouthier diziam que não desejavam que esses candidatos triunfassem. *La Jornada*, 27 de junho de 1988.

A pergunta que de alguma maneira se colocou com base nas eleições de 1988 é até onde o voto de oposição era efetivamente uma demanda por uma autêntica democracia, como muitos interpretaram. É muito provável que boa parte do voto oposicionista em 1988 tenha respondido a esta demanda, mas talvez tenha sido mais um voto de punição ou de pressão por razões econômicas. Em todo caso, tanto o voto de pressão como o de punição, que se emite em favor da oposição, é altamente volátil e pode, em novas condições, converter-se em um voto pelo PRI, tal como ficou demonstrado nas eleições legislativas de 1991.

As eleições de 1994

Tão logo chegou ao poder, Carlos Salinas de Gortari se empenhou em conseguir uma importante recuperação da economia, como via de legitimação e para restaurar a legitimidade e hegemonia do regime 'priista'. A gestão governamental poderia ser novamente a base da legitimação política e assim evitar abrir o sistema eleitoral de maneira inequívoca. No nível econômico, o governo conseguiu em seus primeiros anos diminuir significativamente a inflação, renegociou a dívida externa ao menos ao nível de tirar o tema do debate político, conseguiu retomar o crescimento econômico e atrair fortes quantidades de capital, nacional e estrangeiro. A confiança perdida entre os setores produtivos retornou pouco a pouco e se projetou como alternativa de desenvolvimento à assinatura de um acordo comercial com os Estados Unidos.

No plano social, o governo apresentou um ambicioso e vasto programa para reativar a ajuda aos setores populares de acordo com um esquema de promoção social que durante tanto tempo rendeu bons dividendos políticos ao regime. Durante a administração de Miguel de la Madrid (1982-1988), tal política de bem-estar social havia sido quase esquecida, com o conseqüente descontentamento dos setores populares, que se somaram à rebelião eleitoral de 1988. Tendo compreendido isto, o governo de Salinas de Gortari se dispôs a retificar de imediato tão grave omissão. Para isso, destinou boa parte dos recursos obtidos através da venda de diversas empresas estatais, incluídos os bancos nacionalizados por José Lopez Portillo em 1982, que foram reprivatizados por Salinas de Gortari. A ajuda social foi aplicada diretamente pelas agências federais com ênfase naquelas regiões que haviam mostrado um alto oposicionismo eleitoral nas eleições de 1988, com a expectativa, mais que razoável, de recuperar ali o voto para o partido oficial.

No plano político, Salinas de Gortari condenou e encarcerou o poderoso e corrupto líder dos petroleiros, assim como um dos responsáveis pelo desfalque da Bolsa de 1987, retirou do cargo o corrupto líder do magistério nacional e indicou o suposto autor intelectual do assassinato, há vários anos atrás, de um conhecido jornalista. E no plano eleitoral, o governo abriu uma importante válvula de escape para a tensão cidadã, reconhecendo o primeiro governo de um partido de oposição. Também conseguiu aprovar uma nova lei eleitoral que incorporava alguns avanços formais, mas mantendo simultaneamente várias vantagens para o partido oficial. Mesmo assim, cada vez que há uma reforma eleitoral, boa parte dos cidadãos aceita a idéia de que as seguintes eleições serão mais limpas.

O governo conseguiu também instrumentar-se para separar as oposições de direita e de esquerda, que desde 1988 haviam estado perigosamente próximas. Incorporou o PAN dentro de uma lógica de cooperação com o governo, enquanto isolava do cenário partidário e perseguiu por todos os meios ao alcance o Partido da Revolução Democrática (PRD), resultado da fusão entre os que romperam com o PRI, que desafiaram o regime em 1988 em torno de Cardenas, e a esquerda histórica. Tal política de hostilidade ao PRD conseguiu resultados reais, pois este perdeu popularidade e confiança entre importantes setores da sociedade.

Neste contexto, as condições para uma importante recuperação eleitoral do partido oficial eram as melhores possíveis para as eleições intermediárias de 1991. E com efeito, o PRI conseguiu obter então cerca de 62% dos votos em uma eleição que, ainda que impugnada pelos partidos de oposição, não provocou, como três anos antes, o protesto e mobilização dos cidadãos contra o veredito eleitoral (Quadro 3). O governo pode assim apresentar os resultados como um plebiscito favorável à política de Salinas de Gortari. A mancha surgiu em duas entidades da República, nas que simultaneamente disputavam o posto de governador em eleições federais. Os candidatos 'priistas' foram legalmente vencedores, mas através de eleições pouco transparentes. A sociedade aqui se mobilizou e obrigou o governo federal a retirar seus candidatos e nomear dois governadores interinos. Mas a mobilização nesses casos respondeu especificamente ao conflito regional e teve pouca relação com as eleições federais.

Quadro 3
Resultados das Eleições Legislativas de 1991

PARTIDO	VOTOS	%
PAN	4.096.442	17,7
PRI	14.115.767	61,49
PPS	411.749	1,79
PARM	492.629	2,14
PDM	249.137	1,08
PRD	1.894.080	8,25
PFCRN	1.000.009	4,35
Outros	748.938	3,26
Total válidos	22.955.055	100,00
Participação		66,09

Fonte: Instituto Federal Eleitoral

Os resultados das eleições legislativas de 1991, por outro lado, põem em julgamento a hipótese da cultura democrática como consequência da modernização. A pretendida conversão democrática da sociedade não havia deixado de pressionar o regime até conseguir uma autêntica transformação democrática. Mas a muitos cidadãos lhes foi suficiente uma importante recuperação econômica - ao menos aparente - para devolver seu voto ao PRI. Se em 1988 o puniram por uma má gestão, em 1991 o premiaram pelo que consideraram um estupendo desempenho econômico e político do governo salinista⁴.

⁴ Assim, na véspera eleitoral de 1991, 62% de uma amostra nacional tinham uma boa imagem do programa social do governo, porcentagem que se equiparava à de uma boa imagem pessoal do presidente. O aumento de 16 pontos percentuais registrados nestas eleições com relação a 1988 poderia responder a uma nova estratégia posta em prática pelo partido oficial. Com efeito, ao comprovar em 1988 que os mecanismos tradicionais de indução do voto haviam fracassado, o PRI desenhou uma nova estratégia dirigida a obter o voto principalmente dos abstencionistas que mais que serem considerados passivos contestadores do regime, são vistos pelo governo - provavelmente com razão - como cidadãos basicamente conformistas ou indiferentes com respeito à política. Seu voto poderia ser facilmente obtido, se em troca se lhes oferecia algum benefício imediato. De modo que o partido oficial designou múltiplos "promotores de voto" para cada rua, para comprometer o voto da maior parte possível de cidadãos em troca de algum serviço gerado pelo PRI ou em troca de algumas das tradicionais concessões materiais. Também foram organizados no dia das eleições desejuns municipais de convivência política, oferecidos pelo partido oficial, para imediatamente depois dirigir-se em grupo e votar evidentemente no PRI. O promotor correspondente acompanha os munícipes até a cabine respectiva, e ainda que talvez não tenha a possibilidade de supervisionar a maneira com que vota cada um deles, sua presença próxima exerce um grau de intimidação suficiente para garantir que o cidadão comprometido vote, efetivamente, no PRI. O desenvolvimento desta sofisticada estratégia provou ser sumamente eficaz, tanto em incrementar substancialmente o voto priista como em elevar as cifras de participação eleitoral. Assim, o PRI pode rebater com resultados a antiga e muito difundida hipótese de

Sem dúvida, para as eleições de 1994 o contexto nacional deu uma guinada de 180 graus, a qual fez estourar qualquer cálculo oficial.

Nas eleições presidenciais desse ano o regime político mexicano voltou a experimentar, tal como em 1988, enormes desafios a sua continuidade como resultado de uma nova polarização e radicalização da oposição e do surgimento de novas formas de mobilização social. Sem dúvida, mais além das expectativas que esta nova crise política gerou com respeito às possibilidades de uma democratização efetiva, os resultados eleitorais pareceram reforçar temporariamente a hipótese da restauração do regime.

De qualquer forma, este novo processo eleitoral introduziu na política nacional diversos elementos até então inéditos:

a) nunca como nessas eleições se contou com uma estrutura eleitoral tão avançada e que, ao menos no plano formal, oferecesse garantias de justiça e imparcialidade para a competição partidária. Certamente, ainda prevaleceram aspectos reprováveis, produto das inércias autoritárias do regime, mas as modificações introduzidas na lei eleitoral alguns meses antes das eleições constituíram um grande avanço. Basta mencionar a criação do Conselho Cidadão dentro da estrutura formal do Instituto Federal Eleitoral, no qual recai desde então a qualificação das eleições. Este organismo veio cobrir em alguma medida uma das demandas mais recorrentes da oposição: passar o controle das eleições das mãos do governo às mãos dos cidadãos. Algo similar pode se dizer da aprovação do novo código que sanciona os delitos eleitorais. Trata-se de avanços formais de grande importância, ainda que sozinhos não garantam a limpeza das eleições.

b) nunca como nestas eleições o regime político mexicano enfrentou desafios ou questionamentos tão grandes como os que se apresentaram a partir do primeiro dia de 1994. Como é sabido, a mobilização camponesa e indígena do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no estado de Chiapas colocou em dúvida as bondades do projeto econômico e social do atual governo e obrigou-o a oferecer maiores garantias para a competição eleitoral. Nunca como nestas eleições existiu em todo território nacional uma zona de conflito dominada por um exército insurgente, cuja causa, além do mais, foi percebida como justa por amplos setores da população. Este fato terminou por derrubar um dos últimos pilares da legitimidade do regime: a paz social. A isto deve-se somar a crescente insegurança social, refletida no incremento da delinquência, o seqüestro de importantes empresários e até o assassinato do candidato original à presidência pelo PRI, Luis Antonio Colosio.

que, enquanto fosse maior a presença dos cidadãos nas urnas, menor seria a proporção de votos emitidos para o partido do governo,

c) nunca como nestas eleições existiu uma ativação social tão ampla dos mais diversos setores. Este fato pode ser constatado facilmente pelo enorme número de cidadãos que participaram como observadores durante as eleições ou pela criação dos diversos organismos não-governamentais preocupados em garantir a limpeza e a transparência das eleições. Da mesma forma, a instalação da Convenção Nacional Democrática por iniciativa do EZLN refletiu o interesse de uma grande quantidade de organizações populares para coordenar um conjunto de ações que conduziram o país à transição democrática.

d) nunca como nestas eleições gerou-se tanta incerteza sobre os resultados eleitorais. Previamente à realização das eleições muito poucos se atreviam a fazer prognósticos sobre os vencedores e os perdedores. Além disso, muito poucos confiavam nas sondagens preliminares, não apenas pela ampla gama de cidadãos indecisos, mas sobretudo porque nas eleições de 1988 nenhuma sondagem de opinião preliminar refletiu com exatidão o que na realidade ocorreu depois.

No entanto, mais do que essa incerteza pré-eleitoral, que em si mesma representa um indicador muito significativo de avanço democrático, o que tornou realmente particular esse processo foi a incerteza pós-eleitoral. Assim, por exemplo, pela primeira vez não existiu entre os cidadãos plena segurança de que o candidato eleito pudesse realmente assumir seu cargo. Entre outros cenários, houve quem pensasse que o país pudesse ver-se imerso numa violência crescente no caso de existir uma fraude eleitoral. Outros pensavam que a resistência civil pudesse inclusive impedir que o presidente concluísse seu mandato.

Dos fatores descritos, este último é particularmente importante porque oferece parâmetros nada desprezíveis para medir o grau de democratização do regime político mexicano.

Com efeito, nunca como nestas eleições a incerteza se apoderou da opinião pública. Pelas razões mencionadas, como o fator Chiapas, o assassinato de Luis Donaldo Colosio, o debate televisionado entre os candidatos a presidência, etc, pela primeira vez viveu-se um processo eleitoral cujo resultado era um mistério para todos. Os que estavam convencidos de que o México vive um autêntico processo de transição democrática, tiveram, na presença de tal incerteza sobre o resultado eleitoral, seu melhor argumento para legitimar sua convicção. De fato, antes das eleições prevaleceu uma lógica de competição e participação inédita que para muitos podia culminar, inclusive, com uma derrota do partido no poder. Mais ainda, diferentemente de 1988, nas eleições de 1994 pareceu existir melhores condições para que o governo não obstaculizasse os partidos de oposição, no caso de um deles triunfar, no sentido de que um processo eleitoral fraudulento ou uma nova imposição teria um forte custo político para a classe governante, e que poderia traduzir-se em violência pós-eleitoral ou resistência civil generalizada.

Mas este ponto nos leva ao dilema central da “institucionalização da incerteza”⁵. Para falar de transição democrática é indispensável que se cumpra a condição da incerteza eleitoral que se experimentou no México antes do processo. Sem dúvida, a incerteza, para ser conseqüente com os princípios democráticos, só deve referir-se aos resultados eleitorais, quer dizer, às preferências finais do eleitorado, e de nenhuma maneira as reações dos atores políticos existentes. É precisamente aqui onde falha o critério do grau de incerteza para avaliar o grau de democratização do regime político mexicano, pois ao mesmo tempo em que se ignorava o possível resultado das eleições, não existia nenhuma segurança de que todos os atores aceitariam o resultado. A incerteza tocou também as possíveis reações do governo e do partido no poder no caso de que ganhasse um partido de oposição. Não existia tampouco garantia de que se respeitaria a vitória, ou ao menos prevalecia uma enorme desconfiança na população com respeito à boa vontade da elite política. Mas tampouco se sabia de antemão qual ia ser a reação da oposição no caso de que ganhasse o PRI ou de que se documentasse uma fraude eleitoral. Não se sabia se aceitaria sua derrota ou, aproveitando o enorme descrédito do regime e a delicada situação do país, impugnaria as eleições para pressionar por uma mudança no curto prazo. Evidentemente, a existência desta outra incerteza atesta negativamente a transição no México. De fato, revela que a abertura democrática não foi acompanhada de um acordo efetivo entre todos os atores que garantisse a confiabilidade do processo.

Fica claro, então, que para que um processo de democratização culmine com êxito não basta que se institucionalize a incerteza, mas também é necessário algum grau de, permita-me o jogo de palavras, certeza institucional na arena eleitoral, questão que no México ainda está por construir-se quase por completo. Considerando os dois tipos de incerteza referidos anteriormente, a propriamente pré-eleitoral e pós-eleitoral, as eleições de 21 de agosto obtiveram o único resultado possível que permitia retirar quase magicamente a maioria das incógnitas pós-eleitorais. Com efeito, o triunfo do PRI com uma ampla margem de diferença com respeito aos seus adversários mais próximos conferiu ao regime político mexicano uma nova dose de certeza institucional, ainda que tal institucionalidade não fosse necessariamente democrática (Quadro 4).

⁵ O conceito foi elaborado por A. Pzeworski para indicar o processo através do qual vão se afirmando as práticas eleitorais em regimes em transição para a democracia. (PZREWORSKI, 1986)

Quadro 4
Resultados da eleição presidencial de 1994

Partido	Candidato	Votos	% global voto efetivo voto total	
PAN	Diego Fernandez	9.222.899	26,69	25,94
PRI	Ernesto Zedillo	17.336.325	50,18	48,77
FDN	Cuauhtémoc Cardenas	5.901.557	17,08	16,60
Outros		2.070.166	5,99	5,82

Total da votação efetiva: 34.549.501

Porcentagem de participação com respeito ao eleitorado: 77,746%

Votos nulos: 1.000.782.

Total da votação (com votos nulos): 35.550.283.

Fonte: Instituto Federal Eleitoral

Podem ser argumentadas diversas razões que determinaram o resultado final das eleições e que certamente tomou muitos de surpresa: o medo de um cenário de instabilidade que invadiu boa parte dos eleitores que votaram a favor do PRI, a permanência de práticas corporativas e de condições desiguais de competição, a condição do partido de estado do PRI, a manipulação da informação, a persistência de práticas fraudulentas ainda que desta vez mais sofisticadas, a radicalização do discurso do candidato do PRD que foi considerado intransigente por alguns de seus simpatizantes, o debate presidencial que permitiu um avanço do PAN com respeito às eleições de 1988, etc. Razões todas que merecem um estudo detalhado⁶. Mas além das razões, o fato é que com este resultado o regime político mexicano encontrou a melhor sustentação para caminhar, não sem dificuldades, para sua restauração.

De início, ganharam em certeza duas questões que ocuparam a atenção dos mexicanos antes das eleições. Por um lado, o resultado eleitoral dissipou, ao menos num curto prazo, a sombra da violência ou da guerra civil. Por outro lado, desacelerou a transição ou simplesmente a postergou para um melhor momento.

⁶ Ver a respeito, Correa (1995).

No caso da violência, o resultado eleitoral certamente não evitou uma série de impugnações por parte do PRD e de outros atores como a Convenção Democrática e o EZLN. Sem dúvida, a nova legitimidade do PRI e de seu candidato e o enorme respaldo por parte dos meios de comunicação ao resultado eleitoral e ao regime, desqualificando como sempre as vozes dissidentes, debilitou de início o poder de convocatória do PRD ou de outras organizações. A isso deve somar-se o reconhecimento do PAN ao triunfo do PRI, mais com uma perspectiva de consolidar um sistema bipartidário num longo prazo do que derrubar o regime.

Quadro 5
Composição partidária da câmara dos deputados

Partidos políticos		Maioria relativa	Representação proporcional	totais				
O P O S I Ç Ã O	}	F D N	}	PRI	233*	27	260	
				PAN	38	63		101
				PMS	29*	19	139	
				PFCRN		34		
				PARM		25		
PPS	32							
5	4	8	300	200	500			

*A diplomação de Darwin González Ballinas, originalmente candidato eleito pelo PRI, contabilizou-se a favor do FDN, partido ao qual este deputado se integrou logo após as eleições de 6 de Julho.

Fonte: Comisión Federal Electoral

1994

Partido	Deputados	%
PRI	300	60
PAN	119	23,8
PRD	71	14,2
PT	10	2
Total	500	100

Fonte: Instituto Federal Eleitoral

Neste sentido, o resultado eleitoral debilitou a hipótese de um cenário de confrontação e inclusive conferiu uma legitimidade de saída ao novo governo para apagar ou reprimir qualquer rebento desestabilizador, não obstante na verdade Ernesto Zedillo governará com o apoio eleitoral de menos de 50% da população (Quadro 4).

No que respeita à transição democrática, o problema reside em que, tal como antes, novamente, seu aprofundamento ou concretude volta a depender mais da vontade do “senhor Presidente” do que da negociação entre os distintos atores políticos. Com efeito, ao menos num curto prazo, o resultado eleitoral fez vislumbrar um reforço ao presidencialismo, dado que a centralidade do presidente não se veria balizada ou pressionada nem por um legislativo mais plural, nem pelos próprios partidos na arena extra-institucional. Nesse sentido, a situação de Ernesto Zedillo parecia muito mais favorável em termos de concentração de poder do que teve Salinas de Gortari em 1988, que foi muito mais questionado (Quadro 5).

Algo similar pode dizer-se do PRI. O resultado eleitoral fortaleceu temporariamente o partido no poder, ganhando tempo antes de voltar aos temas recorrentes de sua independência do estado ou da democratização interna.

Por tudo dito anteriormente, os resultados representaram um passo atrás com respeito ao que se havia conseguido em termos de democratização. Com efeito, tal como no passado, a hegemonia do PRI não reside unicamente na competição eleitoral, que no caso destas eleições foi um fator importante; mas também e sobretudo na sua condição de partido de estado, fato que torna desigual e antidemocrática qualquer prática pretensamente democrática. O tempo em que finalmente vai se instaurar a democracia no México segue sendo por isso a verdadeira incerteza de fundo.

Conclusões

Visto à distância, o governo de Salinas de Gortari não se constituiu no governo de transição como fez supor a vários com seu discurso de posse em 1988. O fim do sistema de partido “praticamente único” não apenas depende da capacidade de pressão que os partidos políticos adquirem, mas também da autonomia e das garantias que o governo está disposto a oferecer a estes, incluindo o partido do governo. Neste terreno ainda falta muito que fazer.

Como vimos, a transição foi até agora atributo exclusivo da própria classe governante, que maneja os tempos e as modalidades da mudança. Em sentido estrito, para caracterizar o momento atual do regime político mexicano, mais do que de uma “transição democrática” devemos falar de uma “liberalização política”; quer dizer, de um processo de abertura na direção democrática, mas controlada e articulada pelo próprio regime com vistas à sua legitimação. Nesta perspectiva, a liberalização política funciona como uma estratégia de adaptação através da qual se concedem alguns direitos políticos e civis, e que, no geral, se aciona quando o regime mostra sinais inequívocos de deterioração na sua legitimidade e eficácia

decisória. A liberalização busca por isso neutralizar institucionalmente o conflito que tal deterioração expressa. Quando este objetivo é alcançado com alguma pertinência pode-se dizer que a abertura controlada torna o regime eficaz ou funcional. Pois bem, a conflitividade que a abertura gerou via eleições no âmbito de certos estados da República faz supor que tal estratégia de adaptação encontrou seus próprios limites. Com efeito, tal e como demonstram os processos eleitorais recentes nos estados de San Luis Potosí, Guanajuato, Michoacán, Tamaulipas, Chiapas, Tabasco, entre outros, as eleições não gozam de credibilidade alguma e, longe de neutralizar o conflito, o estimulam. Mesmo o partido oficial ganhando, boa parte das populações locais não reconhece sua vitória. É certo que, todavia, esta tendência foi muito localizada geograficamente, mais indica que a reforma política deve se aprofundar, a fim de gerar maior credibilidade eleitoral.

De acordo com o que foi dito, poderia concluir-se que pelas mesmas razões que os cidadãos devolveram o voto ao PRI em 1991, poderia tornar a retirá-lo no futuro, se novamente se registrar uma perda importante na capacidade de gestão do governo, como fazem supor diversos indícios observados desde 1992 e que se traduziram recentemente numa crise econômica de grande magnitude. O significado que os cidadãos imprimem ao seu voto, portanto, não mostra em geral uma pauta permanente e constante, mas varia a partir de múltiplas condições no momento em que se realizam eleições.

No México, o voto no PRI tem sido tradicionalmente um voto ideológico, corporativo, clientelista, de coerção, institucional, pela estabilidade e, como ocorreu em 1994, um voto de medo ante um possível cenário de violência generalizada. Trata-se na maioria destes casos de comportamentos eleitorais que têm pouco ou nenhum sentido nos sistemas plenamente competitivos. Com a abertura política do regime, estas modalidades do voto sofreram variações sem modificar-se totalmente, como que para equiparar o ato de votar no México com seu equivalente em sistemas democráticos consolidados. Mais especificamente, cada vez mais parece dominar o voto ideológico, institucional e pela estabilidade, do que o voto corporativo, clientelista ou de coerção, ainda que estas últimas práticas continuem ocorrendo de maneira cada vez mais localizada. Isto indica, por um lado, a ausência de uma cultura democrática com comportamentos eleitorais estáveis, em que pese parecer existir uma crescente conscientização sobre a importância de votar. Por outro lado, indica uma deterioração real das estruturas tradicionais de dominação do regime político mexicano, incapazes de canalizar o voto em seu favor mediante mecanismos que durante muito tempo foram pilares de sua continuidade.

Em todo caso, este tipo de significação do ato de votar expressa uma situação todavia semi-competitiva. As eleições continuam carentes de credibilidade para uma alta porcentagem da população ou adoecem de má reputação.

O caráter predominantemente semi-competitivo das eleições no México também expressa o tipo de motivação do voto que tem favorecido a oposição. Trata-se, como vimos, de um voto fundamentalmente de punição, protesto ou pressão, não de um voto que nasce de identificações partidárias consolidadas no tempo. Mas na perspectiva de uma democratização cada vez maior, é bom que assim seja, pois o voto a favor da oposição, ainda que não plenamente garantido ou transparente, faz as vezes de um chamado de atenção à impunidade e ao monopólio com que tradicionalmente o poder tem sido exercido no México.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREA, F. P. Pacto social y juego democrático. *Vuelta*, México, v. 19, n. 218, p.27-30, janeiro 1995.

CRESPO, J. A. La cultura política después del 6 de julio. *Nueva Antropología*, n. 35, junio 1989.

_____. Crisis económica, crisis de legitimidad. In: LOAEZA, S. (coord.). *México: auge, crisis y ajuste*. México: FCE, t.1, 1992.

PEMPEL, T. J. (comp.). *Democracias diferentes; los regimenes com un partido dominante*. México: FCE, 1991.

PZREWORSKI, A. Some problems in the study of the transitions to democracy. In: O'DONNELL, G.; SCHIMTTER, P.; WHITEHEAD, L. (ed.). *Transitions from authoritarian rule*. Baltimore: The John Hopkins University Press, v. 3, 1986.

Tradução e publicação autorizadas pelo autor

Recebido para publicação em Abril de 1995.